

OS EXCLUÍDOS DA ESCOLA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO RURAL

Lia Freitas Garcia Fukui

SUMMARY

The excluded from school: A contribution to the discussion of rural education.

In order to raise some questions about the problem of rural education, the author presents some preliminary data from an investigation in process in São Paulo. The research has been done in urban and rural areas of one of the most developed regions of this state. It includes the analysis of secondary data, a survey of the school population and interviews with youngsters that are out of school.

The results presented show a strong association between income and school achievement, and the perception people have of school as an essential instrument for one's entry in the labor market.

The author points out to the basic request of the population: a public school that provides at least the so called functional literacy in the country and in the city.

APRESENTAÇÃO

A Sociologia da Educação sofreu, em suas pesquisas, na última década, uma renovação considerável e que pode ser sintetizada em três tendências distintas: uma que enfatiza os aspectos do aparelho escolar enquanto reprodutor das desigualdades sociais e da estrutura da sociedade; outra que, apesar de reconhecer o caráter reprodutor do sistema escolar, ainda assim, procura distinguir, em situações sociais precisas, o significado que a escola pode ter numa situação de transformação; e uma terceira que procura avaliar o real significado da escola através do estudo aprofundado da emergência e da expansão do sistema escolar, em sua peculiaridade, em uma dada so-

cidade. Enquanto a primeira tendência se preocupa com os sistemas globais sendo difícil uma explicitação dos mesmos; a segunda peca pela ausência de generalizações, a terceira visa, de certa forma, integrar as duas perspectivas dando ao sistema educacional uma visão mais dinâmica, ressaltando especificidades, contradições e obtendo assim, um quadro mais rico e nuançado da realidade educacional. Apesar destas três tendências também marcam a pesquisa recente em Sociologia da Educação no Brasil, o que se nota, neste caso preciso, é por um lado a predominância de estudos que tratam da reprodução e por outro uma preocupação com ideologia e políticas educacionais, com o sistema educacional como um todo, com a educação extra-escolar, com formas complementares e supletivas de ensino, com os quadros genéricos da educação popular, e uma lacuna: a completa ausência de estudos e pesquisas sobre a escola elementar, como se os resultados de trabalhos sociológicos que desvendam a reprodução, através do aparelho escolar, tivessem imobilizado as considerações a respeito da escola. Esta é considerada apenas um produto das desigualdades sociais e como tal acham-se os pesquisadores incapacitados de, através de seus estudos, propor alternativas que resultem numa ação transformadora ou mesmo, em algo que não seja meramente o reflexo puro e simples de uma reafirmação da dominação de classes.

A escola, no entanto, em qualquer sociedade, pode ser considerada como um lugar fora da produção onde se apreendem as contradições da sociedade e mais especificamente o confronto entre classes e/ou gerações que ocorrem na relação professor/aluno que nada mais exprimem, numa situação específica, além da relação de autoridade e dominação da sociedade.

O objetivo desta comunicação é apresentar alguns dados de pesquisa, ainda em curso, que visam fornecer alguns subsídios para a colocação do significado da escola elementar na sociedade brasileira e, com isto, levantar alguns elementos para a discussão da questão da educação rural. Trata-se portanto de um trabalho feito nos limites da educação formal, referindo-se mais precisamente aos quatro primeiros anos do primeiro grau e que, através de uma abordagem sociológica, procura verificar de que maneira a escola é vivenciada por uma dada população. Não se dá atenção ao conteúdo pedagógico presente na escola, mas, mais explicitamente, ao conjunto de relações sociais que caracterizam o sistema escolar como área específica da vida social.

A Questão do Excluído da Escola

A implantação do ensino elementar público no Brasil data de fins do século XIX. No entanto, a expansão se faz muito lentamente, atinge apenas a pequena minoria e é extremamente elitista.

Os processos de transformação econômica que resultaram na configuração da sociedade de classes, com conseqüente expansão demográfica, urbanização e industrialização, acarretaram também a expansão do ensino e sucessivas reformas educacionais que procuraram adequar o ensino a novas situações sociais, mas que o fizeram ainda de maneira a atingir apenas a parte da população.

As sucessivas campanhas de alfabetização que ocorreram nas décadas de 20, 40, 50 e 60, e que tiveram por objetivo a participação das massas no processo político eleitoral, são evidência de que a escola elementar, através do tempo, não cumpre sua função na sociedade brasileira, isto é, dar o instrumental técnico mínimo para o exercício da cidadania. Não obstante, observa-se um avanço da escolaridade que se difunde mais rapidamente nas áreas mais dinâmicas e mais lentamente em outras regiões marcando, desse modo, várias geografias do fenômeno educacional. Assim, apesar da expansão do ensino ser geral, as diferenças regionais têm-se acentuado na última década, como bem o demonstram as estatísticas oficiais, e a escola continua a não atingir a totalidade da população escolarizável.

O sistema educacional atualmente divide-se em um sistema regular oficial e um sistema paralelo supletivo que vai permitir uma reciclagem daqueles que não seguem o ensino regular e assim tenta cobrir as deficiências deste. Esses sistemas paralelos abarcam, na realidade, populações diferentes; o primeiro sendo considerado ensino de primeira categoria e o segundo, basicamente na esfera privada, sendo considerado, e é de fato, um sucedâneo do ensino oficial, sendo utilizado paradoxalmente, por camadas menos privilegiadas da população. Tem-se, portanto, como característica essencial do sistema escolar brasileiro uma ineficiência básica, pois ele não consegue abarcar a totalidade da população escolarizável, produzindo assim o excluído da escola, ao mesmo tempo que o sistema escolar cria mecanismos de reciclagem para minimizar a extensão desta ineficiência no conjunto da população.

A extensão do problema pode ser avaliada através de alguns dados do MEC: considerando apenas a população de 14 anos, em 1970, no Brasil, uma quarta parte não sabia ler e escrever; já em estados mais adiantados, as porcentagens eram sensivelmente menores. Em São Paulo, essa população era de 3,2% na zona urbana e 12% na zona rural, enquanto a escolaridade mediana da população de 10 anos e mais era de 3,3 anos para a zona urbana e 1,2 para a zona rural. Para outros Estados observam-se, respectivamente: Distrito Federal, 3,5 e 0,9; Guanabara, 4,4 e 1,9; Rio Grande do Sul, 3,9 e 2,1, sendo estes os estados com maiores taxas de escolaridade. Do que se conclui que a ineficiência é um fenômeno do sistema escolar brasileiro presente mesmo em regiões economicamente mais desenvolvidas, onde não consegue abarcar a totalidade da população escolarizável nos quatro primeiros anos do primeiro grau.

Os dados do Censo Demográfico de 1970, quando comparados com dados mais recentes, mostram que, apesar da expansão efetiva do ensino, a situação educacional pouco mudou. Segundo o Plano Trienal do Governo do Estado de São Paulo 77/79, em 1970 a taxa de escolarização da população de 7-14 anos era de 80,8% e passou, em 1975, a 83,7%; mantendo-se o ritmo, afirma o documento, seria preciso mais de 20 anos para que a escolarização do contingente como um todo alcançasse o percentual de 95,6% registrado, em 1975, para a faixa de 10 anos. Assim, nesse mesmo ano, mais de um terço da população de 14 anos, estava fora da escola, num dos estados que tem, como vimos, taxas de mais alta escolaridade.

Dados oficiais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo sobre o fluxo de escolaridade em 1964/69/72, mostram que o aumento de matrícula não corresponde a um aumento significativo e ganhos de sobrevivência escolar. A geração de 1964 apresenta o quadro de sobrevivência escolar praticamente igual ao da geração de 1969, e a seletividade continua ocorrendo, sendo altamente significativa a evasão escolar a partir do segundo ano primário; isto significa que embora a criança frequente a escola vários anos, os estratos menos privilegiados têm pouca probabilidade de atingir a alfabetização funcional que, segundo critérios estabelecidos por especialistas, corresponde a 3 anos de escolaridade completa.

Dois indagações surgem desta colocação:

- 1 — Quais os segmentos sociais que estão situados em torno e abaixo da mediana de escolaridade?
- 2 — Qual o significado que tem a escola para os segmentos sociais que potencialmente serão excluídos do ensino regular?

Vamos tentar responder a estas questões, a partir de um exemplo preciso, tomando, no Estado de São Paulo, uma das regiões mais dinâmicas, mais ricas e considerada por especialistas como uma das áreas onde a agricultura se desenvolve dentro do processo mais dinâmico no Estado de São Paulo — intensa mecanização, utilização de insumos modernos, diversidade de cultivos — e onde se observa o início de uma industrialização de produtos primários; além disso, essa região apresenta um avanço em relação às demais áreas do Estado no que se refere as mudanças nas relações de trabalho, considerando-se

que, de uma forma ou de outra. . . "mostra o futuro das demais" (C. Brandt p.40). Confirmando a existência de certa associação entre o grau de desenvolvimento econômico e o atendimento escolar, a rede estadual de ensino está totalmente implantada, oferecendo até o 3º grau (ensino superior) de escolaridade na rede pública.

Dentro deste quadro é que tentaremos procurar elementos para responder como se caracterizam socialmente os excluídos da escola e qual o significado que tem a escola para eles.

A Pesquisa

O levantamento de dados efetuado em áreas urbanas e rurais de dois municípios representativos da região tinha por objetivo:

- a — avaliar a oferta educacional, através de um levantamento das escolas de 1ª grau;
- b — efetuar um levantamento da clientela escolar, a fim de verificar como ocorre a relação situação social x escolaridade;
- c — efetuar entrevistas com os excluídos da escola, a fim de caracterizá-los dentro dos quadros da seletividade escolar.

O primeiro levantamento contou com dados oficiais da própria Secretaria da Educação, que foram analisados tendo em vista a problemática específica da pesquisa. O segundo levantamento foi efetuado através de um *survey* em área urbana e rural servidas por determinadas escolas de primeiro grau. O terceiro foi efetuado depois de devidamente caracterizados o sistema escolar e a clientela. Considerou-se, para efeito deste estudo, famílias que tinham filhos entre 10 e 14 anos de idade que deveriam, idealmente, estar freqüentando a escola. Assim sendo, o excluído neste trabalho é a criança ou adolescente entre 10 e 14 anos de idade que não freqüenta escola. Considerou-se como excluído parcial aquela criança que abandonou a escola depois de tê-la freqüentado, e excluído total aquela que nunca freqüentou escola.

Os dados oficiais foram analisados por escola, abrangendo a totalidade delas nos referidos municípios. Os dados do *survey* foram analisados segundo categorias de trabalho. Os dados de entrevista foram submetidos a análise de conteúdo.

Alguns Resultados

Os resultados abaixo ressaltam — no sistema escolar, na clientela, no excluído da escola — apenas alguns dos aspectos dos inúmeros que poderiam ser apresentados.

1 — O Sistema Escolar

Dos formulários do levantamento efetuado pela Secretaria da Educação, foram analisados especificamente 2 municípios, tomando a totalidade das escolas, o que permitiu:

- a — Verificar a grande disparidade nas rendas dos pais de alunos de 1ª série nas diferentes escolas, o que

significa que as escolas são diferenciadas segundo o nível de renda de sua clientela e que o sistema escolar atende à população segundo uma estratificação determinada pela associação existente entre situação econômica e espaço urbano.

- b — Acompanhando as disparidades de renda, constatar a existência de uma relação entre nível de renda e desempenho escolar, isto é, quanto maior o número de repetências, menor o valor da renda familiar per capita no estabelecimento.
- c — Mediante o exame da renda familiar per capita por classe de 1ª série dentro de cada estabelecimento escolar, verificar que, sistematicamente, as classes se organizam segundo a situação econômica dos alunos: as disparidades entre as classes são mais acentuadas dentro de escolas que apresentam, na média, as rendas mais elevadas, diminuindo à medida que a média de rendas cai.
- d — Constatar que grande número de classes são compostas só de repetentes, e que estes se caracterizam por baixa renda familiar.

Conclui-se que, na rede estadual de ensino, verifica-se uma tendência à "homogeneização" das classes escolares segundo dois critérios básicos: situação econômica e desempenho escolar. A seletividade está presente de maneira explícita dentro do sistema escolar e contribui desta forma, de maneira clara, para os índices de repetência, abandono, e exclusão da clientela escolar.

2 — A Clientela

A população amostrada segundo categoria de trabalho, adequação escolar e exclusão, distribui-se da seguinte maneira:

Categoria de Trabalho	Total	Adequados	Excluídos da Escola
Proprietários rurais (fazendeiros, sítiantes)	32	19 (59%)	2 (6%)
Arrendatários/parceiros	7	5 (71%)	—
Assalariados agrícolas	85	28 (33%)	24 (28%)
Sub Total	124	52 (43%)	
Proprietários	24	19 (79%)	—
Trabalhadores por conta própria	61	29 (47%)	5 (8%)
Assalariados com cargo de Chefia	17	13 (70%)	—
Assalariados subalternos	181	76 (42%)	21 (12%)
Auxílio assistencial	3	zero	2 (67%)
Sub Total	286	137 (47%)	
TOTAL	410	189 (46%)	

Quando se considera a categoria de trabalho, verifica-se que a maior proporção de excluídos na população amostrada se encontra entre aqueles que vivem de auxílio assistencial, vindo a seguir os assalariados agrícolas, assalariados urbanos, trabalhadores por conta própria e sítiantes (proprietários rurais). Assim, a categoria de trabalho pode explicitar mais precisamente a adequação, o desempenho escolar e a exclusão da escola, indo

além da simples constatação dos desníveis de renda. E permitindo apreender a dinâmica das relações no interior da escola.

3 – O Excluído

As entrevistas com os excluídos tomadas em conjunto, permitem distinguir algumas verbalizações que são constantes, independente da categoria de trabalho:

- a – A escolaridade é vista como um instrumental indispensável para a inserção no mercado de trabalho.
- b – A escola é considerada paga, cara e exigindo um investimento que poucos têm possibilidades de fazer.
- c – A atuação da escola é avaliada em termos de oferta de ensino, organização da escola e critérios de discriminação em relação à clientela.
- d – As melhores escolas são destinadas aos "ricos" e a escola para os "pobres" são diferentes das melhores escolas do município.
- e – A escola rural é uma escola de segunda categoria; oferecida a uma população também de segunda categoria.
- f – A atuação do professor é sempre julgada em termos de desempenho profissional.

Considerações gerais

Os resultados enunciados acima permitem colocar algumas questões que servem de elementos para a discussão.

1 – O sistema educacional, com o ensino regular e supletivo, a seletividade da população escolar e a verbalização dos excluídos, que atribuem ao ensino elementar a função instrumental, parecem aspectos de uma mesma política educacional que tem por objetivo primordial a alfabetização funcional, isto é, que obedece apenas aos interesses que visam à inserção dos indivíduos no sistema produtivo. Teríamos assim, vigente no aparelho escolar estudado, objetivos que marcaram a política de alfabetização da UNESCO em 1960 e que foram extensamente

criticados com o enunciado da alfabetização crítica, a partir de Paulo Freire.

2 – Um segundo aspecto da imagem da escola refere-se ao seu caráter gratuito e universal proposto pelo sistema escolar e que surge nas verbalizações dos entrevistados, como um direito da população. Essa idéia foi introduzida no Brasil pelos Pioneiros da Educação Nova, na década de 20 e assumida como um ideal pedagógico a ser adotado na prática, visando a criação de uma escola que sirva como instrumento de igualização de oportunidades de ascensão social e uma preparação efetiva para o trabalho. Essa idéia, no entanto, jamais foi posta em prática, permanecendo ao nível da proposta.

3 – Essas propostas do sistema escolar são internalizadas pela população e verbalizadas como objetivos a serem atingidos. Na realidade, a alfabetização funcional não chega a ser concretizada dada a grande evasão que se verifica nas duas primeiras séries do 1º grau, caracterizando assim, uma das formas de que se reveste a reprodução das desigualdades sociais no país, a exclusão do sistema escolar. É dentro dessa contradição apresentada pela escola, que se pode analisar a luta desenvolvida pela população de excluídos, no sentido de permanecer o maior tempo possível na escola.

Da mesma forma, a apresentação de uma escola teoricamente gratuita e que é percebida como paga e cara pela população, gera uma série de críticas ao sistema escolar quanto às exigências de pagamento de APM, uso de uniforme, custo do material, etc. Além desse questionamento, a população rural qualifica a escola isolada como inferior a urbana, criticando o nível de ensino e desempenho dos professores. Suas reivindicações dirigem-se pois, à melhoria da escola a que tem acesso, diminuindo dessa maneira as desigualdades que percebem na discriminação rural/urbana.

Assim a escola pública e gratuita, oferecendo a possibilidade de uma alfabetização pelo menos funcional, quer no campo, quer na cidade, é o mínimo indispensável reivindicado por toda a população.